



Data: 31/08/2022

Duração: 2h

Ata da 2ª Reunião Ordinária
Conselho Fiscal do IGEPEV

Reunião solicitada por:	Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPEV		
Condução:	Henrique Pereira Mascarenhas	Redator da Ata:	Nadia Rocha
Conselheiros:	Henrique Pereira Mascarenhas – Representante do Governo do Estado do Pará (Membro Titular) Fabricio Pereira Medeiros – Representante do Governo do Estado do Pará (Membro Suplente) Miguel Evangelista Miranda da Cruz – Representante da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Membro Titular) Ingrid da Silva Alencar Lima – Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Membro Titular) Jefferson Rosa Coelho – Representante do Ministério Público do Estado do Pará (Membro Titular) Marcus Vinicius Gomes Holanda – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Titular) Ten. Cel. QOPM Alessandro Cesar Capistrano Neves – Representante dos Servidores Militares em Atividade do Estado do Pará (Membro Suplente) Ten. Cel. QOPM Ronaldo César Perdigão de Moraes – Representante dos Servidores Militares Aposentados do Estado do Pará (Membro Titular)		
Assunto:	Abertura		
Observada a existência de quórum, foi declarada aberta a Segunda Reunião Ordinária Presencial do Conselho Fiscal do IGEPEV.			
Pauta:	Relatórios Mensais de Investimentos de Janeiro a Julho de 2022	Relator:	Henrique Mascarenhas
<p>O Presidente do Conselho Fiscal do IGEPEV, Henrique Mascarenhas, iniciou a sessão apresentando-se ao Colegiado, informando que foi indicado pelos demais membros do Conselho para assumir a Presidência do Conselho Fiscal no Biênio 2022-2024, indicação esta que ocorreu na sessão realizada em 11/07/2022, solicitando que cada membro presente efetuisse sua apresentação. Após as apresentações, o Presidente informou sobre as atribuições do Colegiado, frisando que a principal delas é a avaliação da Prestação de Contas Anual do IGEPEV, pontuando que seria ideal iniciar as avaliações pelos primeiros meses de 2022, uma vez que já foi concluído. O Presidente iniciou a apresentação dos relatórios mensais de investimentos de janeiro a julho, informando que, devido à complexidade da matéria, bem como às exigências das legislações que regem o RPPS e o cumprimento de critérios exigidos pelo Programa Pró-Gestão, a Presidência do IGEPEV junto ao Núcleo Gestor de Investimentos estão adotando as providências necessárias visando disponibilizar cursos e palestras de capacitação aos Colegiados, bem como certificação para os Conselheiros. Pontuou que assim que as datas de realização dos projetos de educação continuada forem confirmados, um comunicado será encaminhado ao Conselho com todas as informações necessárias para participação. O Presidente prosseguiu com a apresentação dos relatórios, informando que o Patrimônio Líquido gerido pelo IGEPEV atualmente encontra-se no montante de R\$4.816.282.686,50 (quatro bilhões, oitocentos e dezesseis milhões, duzentos e oitenta e dois mil, seiscentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos), onde a parte mais significativa dos investimentos são referentes ao FUNPREV – Fundo Previdenciário do Estado do Pará, o qual é um fundo de capitalização, com projeções de manutenção e equilíbrio financeiro a longo prazo, aplicado com a finalidade de prover recursos que sustentem os pagamentos dos benefícios de aposentadoria, reserva remunerada, reforma e</p>			



pensão dos servidores públicos estaduais que ingressaram no Estado após janeiro de 2017, e ao FINANPREV – Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará, o qual é um fundo de repartição simples, de caráter interrelacional, onde uma geração sustenta o benefício da outra, com a finalidade de prover recursos para o pagamento dos benefícios de aposentadoria, reserva remunerada, reforma e pensão dos servidores públicos estaduais que ingressaram no Estado até 31/12/2016. Pontuou que a meta atuarial no mês de julho/2022 foi de 6,59% (seis vírgula cinquenta e nove por cento), sendo considerada uma meta atuarial muito alta a ser batida, devido à alta da inflação. Informou que uma das estratégias adotadas pelo Núcleo Gestor de Investimentos, visando aproximar-se ao máximo de bater a meta atuarial, é efetuar a compra direta de títulos públicos do tesouro nacional. Informou que no mês atual, o IGEPREV já efetuou a compra direta de títulos públicos, o que já ajudará bastante na busca de alcançar a meta atuarial estabelecida na Política de Investimentos, que é de IPCA + 3%. O Presidente apresentou, ainda, a distribuição de recursos por instituição financeira, por estratégia e alocação de recursos por segmento no mês de julho/2022. O Presidente informou que antigamente o mercado de investimentos para Regimes Próprios de Previdência Social era muito pequeno, enquanto o IGEPREV possui um Patrimônio relativamente grande, o que evidenciou a necessidade de diversificar a carteira, tendo em vista que não é possível, de acordo com os dispositivos legais, aplicar mais 15% de patrimônio em um único Fundo. Ressaltou que existem muitos fundos na carteira que fazem a mesma atividade, e reafirmou que a estratégia, no momento, é vender esses fundos para efetuar a compra direta de Títulos Públicos, uma vez que o Núcleo Gestor de Investimentos considera esta a melhor estratégia diante do atual cenário econômico. O Presidente apresentou, também, a carteira de investimentos global do IGEPREV, com o histórico de movimentações ocorridas em 2022 no FUNPREV. Apresentou as transferências efetuadas do FUNPREV para o FINANPREV após compensação, em cumprimento aos ditames da Lei Complementar nº 125/2019. O Presidente informou que o NUGIN efetua monitoramento do cumprimento dos requisitos estabelecidos na Política de Investimentos, pontuando que o objetivo é alcançar a estratégia alvo de investimentos, para alcançar a meta atuarial. O Presidente apresentou um resumo do cenário econômico de 2022, que impacta diretamente no resultado dos investimentos, pontuando que a economia global tem alterando sua rota para um mundo com mais inflação, menos crescimento, mais desarticulação das cadeiras produtivas e incerteza sobre sua trajetória futura. Salientou o avanço intenso da política monetária global para conter o surto inflacionário pós-covid e guerra, com os Bancos Centrais elevando juros de forma agressiva e restringindo liquidez, com impacto no aperto das condições financeiras (financiamento, custos de capital, ativos em queda, etc). Destacou que a Guerra Rússia x Ucrânia acelera a desarticulação produtiva e impulsiona uma corrida por commodities globais, gerando um impacto mais forte sobre a inflação. Ressaltou que a política de COVID zero na China, a crise energética e climática e o risco de Espiral Inflacionária adicionam mais risco ao cenário. Pontuou a desincronização das economias globais, tais como EUA, China e Brasil, em diferentes fases do ciclo econômico. Informou que as Bolsas estão pressionadas por juros mais altos e dúvidas sobre resiliência do resultado corporativo. Quanto ao Brasil, o Presidente informou que a economia é emergente com oportunidade de atrair capital global, taxa de juros acima da meta atuarial e forte ligação com o mercado de commodities. O Presidente apresentou o desempenho dos benchmarks de renda fixa em julho/2022 e anualmente, salientando que a maioria destes está acima da Meta Atuarial no mês de julho. Pontuou que a Taxa SELIC em julho/2022 foi de 13,25%, enquanto a inflação foi de 10,07%. Apresentou também os Benchmarks de renda variável, mensalmente e anualmente. O Conselheiro Marcus Holanda, representante dos Pensionistas, questionou se este Relatório de Investimentos é encaminhado ao Conselho Deliberativo. O Presidente Informou que sim. O Conselheiro Marcus Holanda explicou que seu questionamento se dá em virtude de que na época da elaboração da LDO, a inflação era de 3,5%, e hoje já está em 10,07%, o que demonstra que, de fato, o mercado é volátil e não há como fazer previsões quanto às possíveis perdas ou ganhos. Destacou que os rendimentos do IGEPREV foram consideravelmente baixos no ano de 2022, o que justificaria a adoção de um perfil mais conservador para o ano de 2023. O Conselheiro Marcus Holanda questionou, ainda, em que se dá a aplicação dos recursos destinados à Taxa de Administração do IGEPREV, questionando se tais recursos são aplicados para



modernização dos serviços de atendimento, visando o melhoramento dos serviços prestados aos segurados. O Conselheiro também solicitou que tais descriptivos constem nos relatórios, a fim de que o Conselho possa acompanhar todas as ações que estão desenvolvidas e financiadas pela Taxa de Administração do IGEPREV. A Secretaria Executiva do Conselho informou que, ao final, o Núcleo de Planejamento do Instituto elabora o Relatório de Gestão, onde constam todas as ações e projetos desenvolvidos pelo IGEPREV, número de concessões, contratos e seus respectivos Valores, salientando que o referido Relatório será apresentado para o Colegiado para conhecimento e acompanhamento dos trabalhos. O Conselheiro Fabricio Medeiros, Membro Suplente do Colegiado representante do Governo do Estado do Pará informou que parte do valor da Taxa de Administração é investido na modernização dos serviços de atendimento, pontuando que desde 2021 o IGEPREV tem inaugurado Agências de Atendimento em municípios do interior do Estado, tais como Castanhal, Abaetetuba, Capanema, Santarém, Altamira, salientando que ainda há outras agências a serem inauguradas em outros municípios. Informou ainda que o IGEPREV tem a ação de atendimento itinerante, onde caminhões baú devidamente estruturados, com atendentes do Instituto, percorrem os municípios do Estado, tornando o atendimento mais eficaz e aproximando dos segurados que moram em municípios mais distante e difícil acesso. O Conselheiro Jefferson Coelho, representante do Ministério Público do Estado do Pará, em complemento às ponderações do Conselheiro Marcus Holanda, destacou que, em se tratando de investimentos, existe o estabelecimento de padrões que definem o sucesso ou não de uma aplicação, pontuando que as colocações do Conselheiro Marcus Holanda destacam a necessidade da aplicação de instrumentos de governança, para fortalecer os Conselhos e a Gestão, destacando que a transparência é o melhor instrumento para uma boa gestão. Pontuou a necessidade de manualizar os procedimentos que devem ser desenvolvidos pelo Conselho, de acordo com as atribuições estabelecidas no Regimento Interno, bem como investir na capacitação e certificação dos Conselheiros, uma vez que estes são responsáveis solidários por todos os procedimentos de gestão adotados pelo órgão, principalmente se tratando do Conselho Fiscal, que atua como um órgão de controle do Instituto. O Presidente do Conselho informou que as ponderações apresentadas são muito necessárias, salientando que de fato o Conselho Fiscal deve atuar com um órgão de controle, cumprindo com seu papel de fiscalização, salientando que na próxima reunião serão apresentadas as atribuições do Conselho, para que a manualização dos trabalhos seja efetivamente cumprida, pontuando que acredita que o Boletim Previdenciário também deve ser acompanhado pelo Conselho Fiscal. O Conselheiro Marcus Holanda pontuou que o Colegiado deve fazer um monitoramento maior dos investimentos do IGEPREV tendo em vista a baixa dos rendimentos, o cenário econômico atual, bem como deve acompanhar os resultados que a compra direta de Títulos Públicos trará para os Fundos. O Presidente do Conselho questionou se os Conselheiros aprovam os Relatórios Mensais de Investimentos apresentados. Os Conselheiros se manifestaram pela aprovação dos Relatórios Mensais de Investimentos de Janeiro a Julho de 2022, com ressalvas de que os Conselheiros sejam capacitados e certificados em cursos que possibilitem a avaliação com propriedade dos investimentos, que a Política de Investimentos seja encaminhada ao Colegiado, que o Boletim Previdenciário seja apresentado ao Colegiado mensalmente, que as atribuições do Colegiado sejam apresentadas na próxima reunião ordinária e que a Secretaria Executiva do Conselho solicite à Coordenadoria de Orçamento e Finanças o Relatório das Contas do IGEPREV referente ao primeiro semestre de 2022.

Deliberação:	<p>Os Conselheiros deliberaram pela aprovação dos Relatórios Mensais de Investimentos de Janeiro a Julho de 2022, com as seguintes ressalvas:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Que sejam disponibilizados cursos de Certificação e Capacitação ao Colegiado;2. Que a Política de Investimentos 2022 seja encaminhada ao Colegiado;3. Que o Boletim Previdenciário seja apresentado ao Colegiado mensalmente;4. Que as atribuições do Colegiado sejam apresentadas na próxima reunião ordinária;5. Que a Secretaria Executiva do Conselho solicite à Coordenadoria de Orçamento e Finanças o Relatório das Contas do IGEPREV referente ao primeiro semestre de 2022.
---------------------	---



Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho Fiscal do IGEPREV deu por encerrada a reunião. Para constar, eu, Nadia Patricia da Silva Rocha, Secretária Executiva do Conselho Fiscal do IGEPREV, lavrei a presente ata, que será assinada pelo Presidente e demais membros do Conselho Fiscal do IGEPREV.

Belém, 31 de agosto de 2022.

Henrique Pereira Mascarenhas

Representante do Governo do Estado do Pará (Membro Titular)

Fabricio Pereira Medeiros

Representante do Governo do Estado do Pará (Membro Suplente)

Miguel Evangelista Miranda da Cruz

Representante da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Membro Titular)

Ingrid da Silva Alencar Lima

Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Membro Titular)

Jefferson Rosa Coelho

Representante do Ministério Público do Estado do Pará (Membro Titular)

Marcus Vinicius Gomes Holanda

Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Titular)

Ten. Cel. QOPM Alessandro Cezar Capistrano Neves

Representante dos Servidores Militares em Atividade do Estado do Pará (Membro Suplente)

Ten. Cel. QOPM Ronaldo César Perdigão de Moraes

Representante dos Servidores Militares Aposentados do Estado do Pará (Membro Titular)